

MARCOS CARLOS VIEIRA DOS SANTOS

**HISTORIOGRAFIA DO ESTADO DE GOIÁS
ANÁLISE CRÍTICA**

FACULDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS

MAIO/2020

MARCOS CARLOS VIEIRA DOS SANTOS

**HISTORIOGRAFIA DO ESTADO DE GOIÁS
ANÁLISE CRÍTICA**

Monografia apresentada à Faculdade de Teologia e Ciências de Votuporanga - para a obtenção da conclusão do curso de Graduação em Licenciatura em História sob a orientação da Profa. Ma. Carolina Baldin Caporalin.

FACULDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS

MAIO/2020

SANTOS, Marcos Carlos Vieira dos.
Historiografia do Estado de Goiás: análise crítica.
- Votuporanga. 2020.
40 p., 30 cm.

Coordenação: João Brás; Orientação Carolina Baldin Caporalin.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Licenciatura em
História - Faculdade de Teologia de Ciências,
2020.
Inclui anexo e bibliografia.

1. Historiografia. Goiás. . Análise crítica. I. Título

MARCOS CARLOS VIEIRA DOS SANTOS

**HISTORIOGRAFIA DO ESTADO DE GOIÁS
ANÁLISE CRÍTICA**

Monografia apresentada à Faculdade de Teologia e Ciências de Votuporanga - para a obtenção da conclusão do curso de Graduação em Licenciatura em História sob a orientação da Profa. Ma. Carolina Baldin Caporalin.

Aprovado: ____ / ____ / ____

Primeiro Examinador
Nome:
Instituição: Fatec

Segundo Examinador
Nome:
Instituição: Fatec

Orientadora
Carolina Baldin Caporalin
Fatec - Faculdade de Teologia e Ciências

O conhecimento crítico sobre a história, não é simplesmente conhecer a história, mas ser capaz de pensá-la sob um viés autônomo. Para isso faz-se necessário um total desprendimento de preconceitos, fazendo-se necessário um esforço intelectual e o interesse pela descoberta da verdade por si mesmo, sem aceitar simplesmente opiniões preconcebidas.

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente, pelo dom da vida, a minha esposa, minha mãe e minha filha querida, por serem o suporte emocional que todo ser humano precisa para ter o lado intelectual sadio.

Aos professores e coordenador do Curso de Graduação em Licenciatura em História da Fatec, que disponibilizaram tempo, atenção e dedicação ao desenvolvimento deste trabalho.

“A desvalorização do mundo humano aumenta em proporção direta com a valorização do mundo das coisas.” Karl Marx.

RESUMO

Para realização do presente artigo foram efetuadas pesquisas bibliográficas em livros físicos e sites que retratam a história de Goiás, bem como fotos pertinentes ao trabalho. Também utilizamos fontes de renomados autores no campo metodológico científico, de caráter humanista. Assim pudemos dar um maior suporte teórico acadêmico ao trabalho em questão. Analisar criticamente sobre a historiografia do Estado de Goiás implica a retirada do véu que encobre toda e qualquer descrição histórica, isto na medida do possível, uma vez que todo relator da história interfere na produção de seu texto, com seu ponto de vista. Então deixamos claro que nem mesmo a presente obra é isenta das crenças do autor, como qualquer outra. Assim tentamos ao máximo distanciarmos as reflexões meramente pessoais e tentamos incluir o máximo dos pontos de vista, com vários lados dos partícipes da história, que somos todos nós.

Palavras-chave: Historiografia. Goiás. Análise crítica.

ABSTRACT

To carry out this article, bibliographic research was carried out in physical books and websites that portray the history of Goiás, as well as photos pertinent to the work. We also used sources of renowned authors in the scientific methodological field, of humanistic character. So we were able to give greater academic theoretical support to the work in question. Critically analyzing the historiography of the State of Goiás implies the removal of the veil that covers any and all historical descriptions, this in the mediated of the possible, since every rapporteur of history interferes in the production of his text, with his point of view. So we make it clear that not even this work is exempt from the beliefs of the author, like any other. In this way we try our best to distance the purely personal reflections and try to include the maximum of the points of view, with various sides of the participants of history, that are all of us.

Keywords: Historiography. Goiás. Critical analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Mapa do Brasil.....	15
Figura 02- Bandeirante.....	16
Figura 03- Mapa do Estado de Goiás.....	19
Figura 04- Praça do bandeirante.....	20
Figura 05- Goiânia.....	24
Figura 06- Vila Boa.....	26
Figura 07- Casa de Cora Coralina e o Rio Vermelho.....	27
Figura 08- Contraste social.....	35

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 HISTÓRIA DE GOIÁS: O BANDEIRANTISMO E A SOCIEADE MINERADORA... 14	
2 GOIÁS NOS SÉCULOS XIX E XX E A CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA.....	18
3 PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL DE GOIÁS.....	26
4 ASPECTOS SOCIAIS E POLÍTICOS DO ESTADO DE GOIÁS.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	39

INTRODUÇÃO

Historiografia é o registro escrito da História. Também se diz que é o mesmo que escrever e registrar os fatos passados. O termo historiografia também é utilizado para definir os estudos críticos feitos sobre o que foi escrito sobre a História. De maneira restrita ela é a maneira pela qual a história foi escrita. Em um sentido mais amplo, a historiografia refere-se à metodologia e às práticas da escrita da história. E como o próprio nome diz é a ciência que estuda e analisa, registrando os acontecimentos históricos ao logo do tempo. Diz-se também que a história é o processo e a historiografia é a descrição reflexiva do processo. Podemos perceber então que a historiografia é o estudo das melhores maneiras de interpretar as fontes históricas e os modos como a história é escrita. Já a história é o que está escrito sobre o passado.

Então adentraremos em uma discussão reflexiva a respeito dos fatos históricos ocorridos no Estado de Goiás.

O Estado de Goiás, como os outros estados brasileiros, foi desbravado em busca de riquezas naturais. A história de Goiás se confunde com a história do próprio Brasil, do ponto de vista da política, que sempre teve seu lado nefasto, uma vez que, a ganância e falta de senso de justiça esteve acima da política social. Analisar criticamente sobre a historiografia do Estado de Goiás consiste em debruçarmos em relação às nuances dos fatos ocorridos, procurando vários modelos de fontes, não se deixando levar apenas pelas fontes descritas pelo lado dominante, mas também pelos dominados, que tem versões diferentes a respeito do mesmo fato histórico. Então o fazer historiográfico vai além de transcrever a história, mas destrincharmos os acontecimentos, de forma a ampliarmos nosso conhecimento a respeito da história do Estado de Goiás.

Assim imbuídos da construção histórica consciente, reflexiva e questionadora, procuramos ambas as versões para não correr em risco de um único ponto de vista, assim construindo uma história sem partidarismo, alçando certo positivismo, mas também mesclando o humanismo, pertencente às ciências humanas, utilizando o bom senso.

Então, sem pretensão de esgotar o assunto em questão, mas desejoso de imbuir um sentimento de criticidade lúcida e humana a respeito do tema, humildemente espera-se um degustar reflexivo desse recorte da historiografia do Estado de Goiás.

1 HISTÓRIA DE GOIÁS: O BANDEIRANTISMO E A SOCIEDADE MINERADORA

Falar da história de Goiás é contar sobre as angústias e anseios do ser humano, em busca de novos rumos, uns movidos pela ganância e outros à força como dominados.

Contar uma história implica, antes de tudo, expor uma passagem de tempo. Normalmente, imaginamos o tempo como uma linha na qual se sucedem eventos, um atrás do outro. Entretanto, definir em que momento começa uma história não é uma tarefa simples como parece. Podemos supor, por exemplo, que nossa história começa quando nascemos. Do ponto de vista biológico, contudo, nossas células começaram a se desenvolver muito antes. Do ponto de vista psicológico, nossa história começa por volta dos três anos, visto que normalmente não temos lembranças de ante disso (Leite, 2016, p.23).

Infelizmente a conquista do território que hoje é Goiás, foi povoado a duras penas para quem já o habitava, como os indígenas. Esses acabaram por fugir na medida do possível, para o interior do Brasil, como o Amazonas, muitos outros foram capturados, mesmo com resistência. Além de negros escravos, tivemos também alguns indígenas que foram submetidos às mesmas situações, como nativos, foram usados para explorarem os recursos naturais desconhecidos pelo branco.

A História de Goiás iniciou quando o Anhangüera encontrou ouro às margens do Rio Vermelho e fundou o Arraial de Sant'Anna no século XVIII. Com o movimento das Bandeiras acentuado no século XVIII, a região do interior do Brasil, mais conhecido como Sertão ou *Hinterland*, passou a ser ocupada pelos bandeirantes. As Bandeiras tinham como principais objetivos tanto a procura de povos indígenas para escravizar quanto a busca por metais preciosos (ouro, prata).

Na década de 1690 os Bandeirantes conseguiram encontrar ouro na região que posteriormente foi chamada de Minas Gerais, outra localidade onde o ouro foi explorado, no ano de 1719, foi no povoado de Cuiabá (capital do atual Mato Grosso), sendo assim, os Bandeirantes logo pensaram no território que se encontrava entre Minas Gerais e Cuiabá (futuro Goiás). Os Bandeirantes também conseguiram encontrar e explorar esse valioso metal precioso na região entre as duas minas de ouro.

No ano de 1682, o sertanista (bandeirante) Bartolomeu Bueno organizou uma Bandeira rumo ao sertão brasileiro; com seu filho de 12 anos de idade rompeu mato adentro e chegou ao interior do Brasil.

Com a morte de Bartolomeu Bueno (tanto a data quanto os motivos da morte do bandeirante são imprecisos), seu filho Bartolomeu Bueno da Silva tentou refazer a expedição de seu pai cerca de 40 anos depois, em 1722. O Anhanguera, como ficou conhecido Bartolomeu Bueno da Silva, conseguiu encontrar e explorar ouro nas margens do Rio Vermelho em 1725. Primeiramente fundou o povoado da Barra e depois o Arraial de Sant'Anna, com a grande quantidade de ouro que foi extraído das minas, o Arraial, por sua importância econômica para a Coroa Portuguesa, foi elevado à categoria de Vila, e em meados de 1750 foi denominado de Vila Boa de Goiás.

Até o ano de 1749, Goiás não existia, o território pertencia à capitania de São Paulo, somente a partir dessa data que surgiu a capitania de Goiás. Os principais povoados e arraiais surgiram no momento da mineração, no século XVII, constituíam-se de núcleos urbanos instáveis e irregulares, o primeiro governante enviado à nova capitania foi Dom Marcos de Noronha (Conde dos Arcos) (<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/historia-goias.htm>).

Veja a seguir o mapa do Brasil, onde temos em destaque a região que hoje é o Estado de Goiás. Anteriormente o mesmo era composto também da região que hoje é o Estado do Tocantins que foi desmembrado para uma melhor ocupação e administração local.

Figura 01 – Mapa do Brasil



Fonte: pt.wikipedia.org

Os bandeirantes foram sem dúvida os desbravadores do território goiano, imbuídos da ganância da riqueza por descoberta de ouro em novas terras.

No fim do século XVII e início do século XVIII, expedições de bandeirantes descobriram as primeiras minas de ouro no território de Goiás. Os bandeirantes tinham como objetivo explorar, em busca de ouro, o interior do país e as margens do rio São Francisco.

Figura 02 - Bandeirante



Fonte: pt.wikipedia.org

No seguinte depoimento, podemos compreender a situação atual indígena, quando reportamos ao passado, em que os nativos brasileiros tiveram suas identidades subjogadas e destruídas pelo colonizador, que de fato foi um invasor.

O cacique da terra Cantagalo, de Viamão, Jaime Werá, também falou sobre discriminação. “Às vezes nos dizem que somos argentinos, quando estamos aqui na nossa terra, no Brasil. Mas a própria natureza não tem fronteira. A água corrente tem fronteira? Vivemos nesta terra sem fronteiras antes de 1500. E continuam nos matando. Só que hoje, com caneta” (<https://www.extraclasse.org.br/movimento/2019/04/fala-indigena-impresiona-publico/>).

É desumano ser forçado a deixar sua casa, seus costumes, mas foi isso que ocorreu como se pode ler na história do Brasil, contudo ainda hoje, os

nativos brasileiros continuam a terem seus direitos infringidos, como vemos no seguinte relato:

“Minha roupa eu lavava na beira do rio, nas lajes onde ficava sentada batendo roupa, banhando e vendo a vida do Watu – nosso avô, que é o Rio Doce para os brancos. Antes da lama descer o rio, passando na minha aldeia, senti o barulho que vinha na frente fazendo uma arrepio das águas, como se o rio estivesse correndo ao contrário, subindo contra a corrente. Antes dessa água acontecer eu sonhei naquelas águas sujas. Eu pensei: agora acabou tudo. Não tem peixe, não tem nada. Dizendo ‘corre gente, a água está chegando’, falei. Isso aí que fizeram com nós, eu e os mais velhos que ainda estão lá, tem Maria Sonia, Eva e Euclides...”, lamenta Vó Laurita, como é chamada a velha senhora que por mais de 70 anos luta para viver na sua terra Krenak, à margem esquerda desse rio (<https://www.revistacontinente.com.br/edicoes/196/depoimento--ailton-krenak>).

Assim vemos que a luta não acabou, os nativos brasileiros não têm sossego, tendo seus territórios em constante ameaça, e até mesmo perdendo suas extensões. Hoje, os bandeirantes são outros, mas a ambição que os move são as mesmas, ou seja, riquezas vindas da natureza. Contudo isso se dá sem considerar quem já faz uso do espaço. Mudam-se os tempos, mas as ambições acima dos direitos humanos continuam.

Falar a respeito do bandeirantismo e da sociedade mineradora no Estado de Goiás, implica uma discussão profunda a respeito das invasões portuguesas a um território já ocupado por nativos. A busca desenfreada por ouro fez com que a bandeira do Estado de São Paulo adentrasse o Brasil. Assim homens anseiosos por riquezas, sem se preocuparem com a própria vida, muito menos de quem cruzassem os seus caminhos, com o único propósito de enriquecimento partiram sob o comando de Bartolomeu pai, primeiramente, futuramente Bartolomeu filho completa o descobrimento do ouro tão cobiçado.

Desta forma, é necessário um esforço prático, de cidadãos conscientes na busca pelo equilíbrio humanista, fortalecendo as instituições que tem por obrigação a garantia dos direitos indígenas, e até mesmo às organizações não governamentais. Isso no intuito de colaborar para uma equidade humana, onde todos devem ser tratados com respeito às suas particularidades, comunidades indígenas, quilombolas e mesmo imigrantes de outras nacionalidades que coabitam os espaços.

2. GOIÁS NOS SÉCULOS XIX E XX EA CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA

Goiás que inicialmente tinha sua economia, se é que podemos dizer assim, com foco nas minas de ouro, mas posteriormente com sua escassez, começou-se a criação de gados, então começou de fato uma maior concentração populacional.

A mineração em Goiás teve o seu ápice em 1750, de 1751 a 1770 a extração e exploração do ouro foi diminuindo drasticamente, do ano de 1770 adiante a mineração entrou em decadência, o que provocou o abandono de muitos povoados goianos.

O movimento de Independência do Brasil no século XIX não alterou o quadro social e econômico de Goiás, alguns grupos oligárquicos se destacaram durante o período imperial e permaneceram no poder até as primeiras décadas do século XX, como os Bulhões, os Fleury e os Caiado. No ano de 1818, por carta régia de Dom João VI, a Vila tornou-se Cidade de Goiás.

Após a Mineração, a economia goiana no século XVIII e XIX passou a se dedicar mais às atividades ligadas à pecuária e agricultura. No século XX, Goiás desenvolveu a agricultura como principal atividade econômica. Porém, durante as três primeiras décadas desse século Goiás continuou atrelado à política oligárquica da Primeira República.

A Abolição da escravidão, em 1888, não alterou as condições de trabalho e de moradia dos escravos que viviam em Goiás. Aliás, a população de Goiás era constituída por uma maioria negra e uma minoria branca.

No século XX, a oligarquia dos Caiado tomou o poder político do Estado até a Revolução de 1930. Getúlio Vargas, que havia instalado a Revolução, monopolizou o poder e nomeou o interventor Pedro Ludovico Teixeira, que fazia oposição aos Caiado.

Um dos primeiros atos políticos de Pedro Ludovico foi executar a política de transferência da capital. Primeiro realizou um levantamento para escolha do local onde seria construída a nova capital, a região escolhida era próxima à cidade de Campinas (Campininha das Flores). Depois iniciou as obras da construção da nova capital, Goiânia, em 1933. A capital foi transferida por decreto no ano de 1937, selando o fim de mais de 200 anos da Cidade de Goiás como capital do Estado (<https://brasilescola.uol.com.br/historiab/historia-goias.htm>).

Goiás é um recente estado da federação do Brasil, sua ocupação, por parte dos bandeirantes se inicia no fim do século XVI.

A capital do estado de Goiás é Goiânia, segunda cidade mais populosa da região centro-oeste. Localizado no Planalto Central brasileiros, o estado de Goiás tem um relevo bastante variado, com planaltos, chapadas, vales e depressões. Relevo: serras, chapadas e planalto em grande parte do território. Presença de depressão na região norte do estado. Vegetação: vegetação do cerrado com fixas de floresta tropical. Ponto mais alto: Chapada dos Veadeiros (1.691 metros). O Estado possui clima predominante tropical semi-úmido, suas características se apresentam em duas estações distintas, uma de seca (maio a setembro) e outra chuvosa (outubro a abril).

Figura 03 – Mapa do Estado de Goiás



Fonte: geogeral.com

Veja como o seguinte relato nos contextualiza a respeito do nascimento da cidade de Goiânia:

Logo após o lançamento da pedra fundamental da nova capital do Estado, Goiânia, o então governador Pedro Ludovico Teixeira assinou, no dia 20 de novembro de 1935, o Decreto de nº 510, que instituiu o Poder Legislativo Goianiense e marcou as eleições municipais para o dia 24 de junho de 1936.

Sete conselheiros municipais foram nomeados: Germano Roriz, Pedro Arantes, Godofredo Leopoldino de Azevedo, Aarão Augusto de Souza, João Augusto Roriz, Antônio Euzébio Felipe e Milton Klopstock e Silva. Eles

atuaram até a posse dos vereadores eleitos em 15 de outubro de 1936 (<https://www.goiania.go.leg.br/institucional/historia>).

Veja abaixo uma foto antiga do Centro de Goiânia. Observe que temos uma praça com uma escultura retratando o colonizador. A visão eurocêntrica se sobrepõem à cultura dominada.

Figura 04 – Praça do bandeirante



Fonte: curtamais.com.br

Observe o que diz o seguinte texto retirado do site da Câmara Municipal de Goiânia:

Apesar da cidade ter apenas dois anos, o governador Pedro Ludovico Teixeira justificou a criação da primeira Câmara Municipal em virtude da grande "multiplicidade de trabalhos" e do expressivo aumento no número de "forasteiros".

Em 15 de outubro de 1936, sete vereadores foram eleitos: Licardino de Oliveira Ney, José Rodrigues de Moraes Filho, João Augusto Roriz, Milton Klopstock e Silva, Hermenegildo de Oliveira, Germano Roriz e Octacílio França.

Esses vereadores atuaram até o dia 10 de novembro de 1937, quando o "golpe de Estado", imposto pelo então presidente Getúlio Vargas, fechou as portas dos legislativos de todo o País.

A Câmara Municipal só foi oficial e novamente instalada dez anos depois. A solenidade aconteceu no salão de reuniões da Assembléia Legislativa, no dia 6 de dezembro de 1947, com as presenças do juiz eleitoral da 1ª Zona, Elísio Taveira, e respectivos vereadores, que na mesma data tomaram posse (<https://www.goiania.go.leg.br/institucional/historia>).

Continuando, observe o interessante relato:

A primeira sede após a volta da Câmara foi à avenida Goiás, antigo prédio do jornal O Popular. A sessão inicial aconteceu no dia 9 de dezembro de 1947.

Em seus pronunciamentos, os vereadores ressaltaram a importância daquele poder. Para o vereador Alberto Xavier de Almeida (UDN), a instalação da Câmara representou a "última etapa de reconstitucionalização do País".

Em 1947, o Partido Comunista havia sido cassado e caiu na ilegalidade. Com isso, os militantes da legenda foram obrigados a se filiar em outras agremiações. Na Câmara Municipal de Goiânia, dois vereadores comunistas se viram forçados a se filiar à UDN. Um foi Alberto Xavier de Almeida; o outro, José Nonato. Almeida protestou na ocasião contra o fechamento de jornais e a cassação de mandatos de parlamentares.

Em todo caso, o País se preparava para viver uma nova fase e um clima de redemocratização começava a tomar conta do sentimento brasileiro. Esse clima foi muito bem refletido na recém instalada Câmara Municipal de Goiânia.

Nas atas das primeiras sessões, constam vários discursos de vereadores que, mesmo não sendo ligados ao comunismo, usavam a tribuna constantemente para protestar contra o fechamento de jornais e a cassação de mandatos de parlamentares e para reiterar a importância dos poderes legislativos.

Neste clima de euforia, as sessões da 1ª Legislatura foram marcadas por calorosas e acirradas discussões. Os embates na tribuna eram constantes, principalmente entre os vereadores de partidos de direita e os de esquerda. Presidente da Câmara Municipal na 1ª Legislatura, Odon de Moraes com os vereadores José Fernandes Peixoto, Milton de Souza Mendonça e José Rodrigues Naves Júnior.

O ex-vereador Odon de Moraes lembra que o relacionamento da Câmara com o Executivo era marcado por muitas desavenças. A história deixa transparecer que a Câmara se sentia na obrigação de ser totalmente independente do outro poder. "Os adversários políticos eram inimigos de fato, mas em torno das questões que beneficiavam a comunidade a disputa era deixada de lado", frisa Odon (<https://www.goiania.go.leg.br/institucional/historia>).

Veja que a democracia não é algo gratuito, mas conquistada, muita das vezes às duras penas, custando à própria vida.

Desta forma faz-se necessário um órgão autônomo regulador, para que se possa ter de forma melhorada a tão sonhada democracia, um governo para todos.

Vemos a importância da câmara municipal de vereadores, um poder legislativo independente do executivo e judiciário. Poder este fundamental, tanto como fiscalizador, como proponente de leis importantes aos cidadãos. Assim o estado de direito democrático se torna mais palpável, mesmo sabendo que toda estrutura, ou organização humana não é infalível. E por saber dessa fragilidade corruptível é que devemos criar amarras no sentido de condicionarmos execuções que envolvem tanto valores materiais quanto imateriais, visto que a comunidade será afetada. Assim é necessário um diálogo aberto que se paute na clareza e objetivos justos ao cidadão.

Segue:

A 1ª Legislatura aprovou lei e ditou os rumos do desenvolvimento da capital. Comparados aos dias de hoje, os primeiros projetos parecem significar muito pouco, mas naquele período tiveram uma importância fundamental na melhoria da qualidade de vida da população goianiense, pois a cidade estava sendo construída e não contava com infraestrutura para atender os cerca de 40 mil habitantes.

Uma característica marcante dos primeiros mandatos do Legislativo goianiense era a dedicação incansável de seus representantes. Na ânsia de atender às necessidades comunitárias - que eram incontáveis, já que a cidade acabara de ser fundada -, os primeiros vereadores se dedicavam exclusivamente ao exercício parlamentar, mesmo recebendo um salário irrisório na época.

As sessões da Câmara eram ininterruptas. Ocorriam de segunda a sexta-feira e não tinham hora para terminar, podendo muitas vezes atravessar a madrugada. Os horários de início das sessões eram rígidos. O recesso natalino de 1947 foi curtíssimo, tendo sido realizadas duas sessões entre as festas de Natal e Ano Novo.

Para o advogado, escritor e vereador na Câmara por duas legislaturas, Manuel Messias Tavares, por ser pioneira, a 1ª Legislatura, certamente, foi a que teve mais trabalho. Ele ressalta que foram esses vereadores que criaram as primeiras leis e tomaram providências relacionadas ao progresso de Goiânia. "A ela coube as tarefas primordiais e que ditaram o desenvolvimento do Estado", destaca Manuel Messias Tavares recorda que na 3ª Legislatura, em 1955, quando ele exerceu seu mandato de vereador, as dificuldades ainda eram enormes. O município não dispunha de recursos para realizar obras de maior porte, pois somente veio adquirir sua autonomia político-financeira no governo Hélio Seixo de Brito, em 1962. O Governo do Estado também recebia pouca ajuda do Governo Federal e não conseguia atender sozinho tantas necessidades.

Na 1ª Legislatura, foram aprovados importantes projetos, como para asfaltamento de ruas, instalação de telefones públicos, redes de água e energia; e para a construção da agência de Correios e Telégrafos de Campinas, do Mercado Municipal de Campinas e da Estação Rodoviária de Goiânia, além de outras necessidades básicas.

Segundo Odon Rodrigues de Moraes, foi nessa época que a Câmara aprovou a compra do terreno da Praça Cívica para a instalação da sede da Prefeitura de Goiânia. O primeiro necrotério de Goiânia foi solicitado por meio de requerimento da vereadora Ana Pereira Braga (UDN) em 21 de janeiro de 1948. Nesse mesmo ano, o prefeito Eurico Viana apresentou ofício para que as farmácias de Goiânia funcionassem em plantões noturnos (<https://www.goiania.go.leg.br/institucional/historia>).

Sem querer desmerecer o trabalho político exercido, os mesmos na maioria das vezes se retratam como salvadores da pátria, pai dos pobres, intitulam-se patriotas, fazem sua demagogia, sou ótimos oradores. No entanto precisamos sempre enxergar além das falácias, porque a hipocrisia é uma realidade em meio à disputa de poder e dinheiro.

É importante notarmos a importância de uma câmara municipal para a cidade, uma vez que, a mesma tem o poder de fiscalizar o poder executivo, ou seja, o prefeito do município que integra.

A Câmara Municipal teve presença marcante na vida de Goiânia. A essência da atuação parlamentar em nível municipal vem acompanhando a trajetória da Capital do Estado desde a década de 30, quando foram traçadas as diretrizes de seu projeto urbanístico, aos dias de hoje.

Os projetos de lei, os requerimentos e as proposições em favor da comunidade tinham praticamente o mesmo teor dos atuais. O que mudou foi a dimensão e o conceito de prioridade. Não havia projetos de grande vulto, já que a dificuldade na obtenção de recursos não permitia que a Câmara Municipal votasse projetos que exigiam grandes investimentos ou propostas no orçamento que significassem despesas.

Mesmo assim, os vereadores conseguiram colocar em votação projetos importantes para a comunidade, como limpeza de ruas, pedidos de asfaltamento e outros benefícios voltados à infraestrutura da cidade. Cabia à prefeitura atender ou não aos pedidos dos vereadores. Entretanto, na maioria das vezes, como eram projetos essencialmente voltados às necessidades da população, eles eram aprovados quase sempre em primeira votação.

Assim, desde os primeiros tempos de Câmara Municipal, os parlamentares não são somente responsáveis pela criação de leis, exercem também outras funções, entre elas, de certa forma, a de assistente social (<https://www.goiania.go.leg.br/institucional/historia>).

Sem sombra de dúvidas as organizações humanas, mas especificamente o arranjo político que se constitui um estado democrático, detém uma estrutura que em sua gênese tem o caráter imparcial e humano para com seus usuários. Contudo muitos indivíduos sem conduta ética, pautados somente no lucro, independente da origem, acabam por desqualificar as administrações sociais. Desta forma sempre é cabível um ente, ou organismo público fiscalizar o outro, para se evitar ao máximo o isolamento do poder e eximir condutas não condizentes com o fazer público.

Especificamente no Estado de Goiás analisando sua historicidade percebemos que ainda persiste o clientelismo entre políticos, empresários e fazendeiros que se misturam, e que juntos comandam. Temos uma política de serviência, onde o dono do capital investe no candidato que por sua vez governa para quem lhe deu apoio financeiro, ficando em segundo plano a política que deveria ser para todos. Os interesses particulares se sobrepõem ao coletivo.

Observe a nostálgica imagem de Goiânia, junto com sua imagem contemporânea. A visão eurocêntrica persiste.

Figura 05 - Goiânia



Fonte: g1.globo.com

Não podemos dizer que a evolução e o crescimento das cidades são acompanhados pelas justiça sociais, como podemos ver no relato de um morador da cidade de Aparecida de Goiânia:

Alguns moradores que vivem no Setor Terra do Sol em Aparecida de Goiânia, na Região Metropolitana da capital, relatam que começaram a receber notificações da Prefeitura da cidade para desocuparem os lotes onde moram. As famílias contam que tiveram prazo de apenas sete dias para sair das casas e período vence na terça-feira (31).

Uma das famílias conta que está morando no local há pelo menos cinco anos e investiu R\$ 12 mil na construção da casa. “A gente vai para onde? Para debaixo da ponte?” questionou a moradora Marinalva de Lima.

Apenas algumas famílias receberam a notificação e os moradores questionam quais foram os critérios da Prefeitura para a desocupação. Mesmo aqueles que não foram notificados estão com receio de receber a ordem de despejo.

O serralheiro Clécio da Silva comenta que desde que recebeu a ordem não sabe o que fazer. “Desocupar uma casa [feita] com muito suor, serviço, igual aconteceu aqui. Aqui foi acerto de firma minha”, disse (<http://g1.globo.com/goias/noticia/2017/01/moradores-sao-notificados-para-sair-de-area-em-aparecida-de-goiania-go.html>).

Esse relato reflete a situação de muitos. Além da falta de emprego digno, também são escassas as políticas sociais de inclusão, somando-se a isso as imigrações de outros estados em situações piores de condições de sobrevivência.

Voltando ao tema em questão, refletir sobre o Estado de Goiás nos séculos XIX e XX e a construção da cidade de Goiânia, não pode deixar de fora a construção do Distrito Federal em Brasília, que apesar de ser um ente federativo a parte de Goiás, geograficamente fica dentro de seu território. Pelo então presidente Juscelino Kubitschek, conhecido como JK, entre 1956 e 1960 temos sua edificação, tem-se então a transferência da capital do Brasil do Rio de Janeiro, para a região centro-oeste, no intuito de centralizar a capital brasileira e de certa forma povoar o interior do país.

Desta forma temos o povoamento da região centro-oeste, onde Goiás se torna um importante estado brasileiro, que a princípio tem sua atração pela busca dos minérios de ouro, em seguida por sua escassez, temos a pecuária como fonte de renda, fortalecendo assim a economia. Nesse sentido a população goiana se fixa região e em paralelo a agricultura temos a vinda de indústrias de vários gêneros e o crescimento do comércio em Goiânia.

3 PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL DE GOIÁS

O estado de Goiás, situado na região centro-oeste do Brasil, como se diz, no coração do Brasil, era detentora de uma vasta área nativa.

O reconhecimento de Goiás (antiga Vila Boa) como Patrimônio Cultural Mundial, pela Unesco, em dezembro de 2001, fez jus à história, arquitetura e cultura do primeiro núcleo urbano fundado no território goiano no início do século XVIII.

Veja uma fotografia histórica da Cidade de Goiás, quando era chamada Vila Boa:

Figura 06 – Vila boa



Fonte: vilaboade goias.com.br

A casa de Cora Coralina, na Cidade de Goiás, assim chamada hoje, antiga Vila Boa é um patrimônio cultural, bem valorizado, tanto por ser uma cidade histórica, como também pela poetisa Cora, tendo seu reconhecimento como grande escritora.

Figura 07 - Casa de Cora Coralina e o Rio Vermelho



Fonte: tripadvisor.com.br

A Cidade de Goiás foi tombada como Patrimônio Histórico da Humanidade em 2001, pela Unesco, o título faz referência a arquitetura e a cultura da cidade. A antiga Capital do Estado de Goiás, cresceu nos últimos anos no aspecto turístico. Quem visita à cidade costuma se deslumbrar com a cultura religiosa e a história.

As cores e a arquitetura colonial das casas tem referência especial no século XVIII, além da iluminação inspirada nos antigos lampiões de gás do Brasil Colônia. A antiga capital, oferece trilhas que levam as cachoeiras, que passam pelos Rios Mandu e Zanzan e vão até Cânion da Carioca e ao Morro das Lajes, lugar especial para apreciar o pôr do sol (<https://diariodegoias.com.br/conheca-os-10-destinos-turisticos-mais-visitados-em-goias/>).

Além da cidade de Goiás, primeira região habitada pela bandeira de São Paulo no Estado de Goiás, temos importantes cidades de destaque, por suas belezas, natural e cultural.

Caldas Novas

Conhecida pelas águas quentes, com temperaturas que variam de 20° C a 60° C , Caldas Novas recebe quatro milhões de turistas por ano. A cidade também conta com a maior quantidade de leitos hoteleiros de todo o Estado de Goiás, com boa qualidade e atendimento.

Pirenópolis

A 128 km de Goiânia, a cidade de Pirenópolis foi tombada como conjunto arquitetônico, paisagístico, urbanístico e histórico. A Cidade oferece passeios com direito a visitas às cachoeiras e trilhas no Parque Estadual Serra dos Pirineus, além de muita comida, atrações culturais, festas religiosas, cinema e literatura.

Uma das características mais marcantes de Pirenópolis, é a cultura com as tradicionais festas comemorativas e religiosas, que atrai turistas de todos os cantos do Brasil. Os turistas que vão podem realizar atividades, junto a natureza e com bem estar.

Aruanã

Localizada no encontro dos rios Vermelho e Araguaia, a cidade é conhecida como a praia do Centro-Oeste. Em Aruanã, os turistas podem realizar várias

atividades, como pescas esportivas, prática de esportes aquáticos nos rios, Camping, conhecer a cultura e tradição dos indígenas Karajá. O grupo Karajá ocupa as margens do rio Araguaia, com 21 aldeias e uma população de aproximadamente 2,9 mil pessoas. As diversas manifestações culturais fundamentam-se a identidade indígena, com o artesanato, grafismo e a arte plumária. O grupo é um referência cultural que ultrapassa o espaço das aldeias e consolidam-se como identidade do território cultural regional (<https://diariodegoias.com.br/conheca-os-10-destinos-turisticos-mais-visitados-em-goias/>).

Outra cidade notória e Trindade, conhecida como Terra Santa, Divino Pai Eterno. Atrai devotos de todo Brasil, temos então um turismo religioso.

Trindade é hoje um dos maiores pontos turísticos religiosos do país e uma das cidades brasileiras que mais atraem peregrinos. A devoção ao Divino Pai Eterno, que existe há mais de 170 anos, nasceu, se consolidou e tem crescido a partir de Goiás. Assim, há um fortalecimento da própria história goiana e da tradição que tem atingido o país todo. Trindade apresenta, nos âmbitos nacional e internacional, a cultura, religiosidade, atrativos e potencialidades do estado (<https://www.paieterno.com.br/home-basilica/romaria/>).

Em Aparecida de Goiânia, região metropolitana de Goiânia, temos um grande fluxo migratório, principalmente das regiões norte e nordeste, vindo em busca de emprego e melhores condições de vida. Fato este que contribui para uma maior contingente de desfavorecidos, sem habitação adequada e em subempregos, uma vez que, não se pode esperar benefícios sociais, em um país que ainda está arraigado na politicagem, não considerando de fato a política pública, e sim a partidária com troca de favores. Onde as alianças se dão com empresários e o faz de conta com os eleitores.

Assim também se convive com sistemas ineficientes de saúde pública, falta de políticas sociais que engajem os jovens, favorecendo a criminalidade entre os mesmos. Sem perspectivas muitos acabam indo pelo lado que acham mais fácil e feliz, vícios e crimes. Assim o ciclo se fecha nos presídios, onde a maior parcela é composta por negros, pobres, de baixa escolaridade.

Também abrimos um parêntesis a respeito das identidades:

Quando se fala em patrimônio natural e cultural do Estado de Goiás, não podemos deixar de lado quem estava aqui, antes da chegada dos bandeirantes. A cultura indígena deve ser não somente reconhecida, como incentiva, assim também como a quilombola, com a trazida forçada dos negros para o Brasil, bem como para Goiás.

Desta forma se faz necessário um senso de justiça, mesmo que tardia para contribuir com práticas de equidade sócio culturais, em busca do resgate das identidades foram reprimidas ao longo do tempo.

4 ASPECTOS SOCIAIS E POLÍTICOS DO ESTADO DE GOIÁS

Elucidar as questões sociais e políticas do Estado de Goiás é entrar em um universo de disputas, com muitos movimentos de interesses, sempre marcados pela necessidade humana de poder se estabelecer, de viver plenamente de um lado, e de outro, da ganância, da exploração a qualquer custo, deixando de lado os valores humanos. Assim temos os movimentos sociais que clamam por melhores condições de vida, como moradias populares.

Os movimentos populares, de caráter social democrático, tiveram um importante papel político, forçando, pressionando os mesmos a fazerem algo pela comunidade despossuída. Nada vêm de graça, esses movimentos foram diversas vezes sufocados pela polícia, mas a luta sempre continuou.

É interessante também destacar o movimento em prol da democracia que foi primeiramente ameaçada e depois suprimida, como se pode ver nos relatos seguintes.

Vejamos a seguir, um pouco da história política de Goiás:

Apesar de estar vivendo um período de redemocratização, o País ainda enfrentava alguns resquícios da ditadura Vargas. O ex-vereador e escritor Luiz Contart observa que em Goiás não era diferente. As autoridades goianas eram protegidas por jagunços, que sempre acabavam cometendo excessos. O assassinato do jornalista Haroldo Gurgel, do jornal O Momento, foi um exemplo que refletiu essa prática. Segundo Contart, Haroldo Gurgel sempre foi polêmico e destemido. No jornal, ele não poupava críticas a quem quer que fosse e isso incomodava muitas das autoridades políticas da época. Quando ocorreu o assassinato, em 1953, Luiz Contart ocupava a presidência da Câmara Municipal e estava na Europa, representando a Casa no Festival Internacional da Juventude. Ele conta que quando desembarcou no

Rio de Janeiro, o motorista do táxi em que ele entrou foi logo relatando o fato, que alcançou grande repercussão em todo o País. Gurgel foi crivado de balas num terreno baldio onde hoje está instalada a agência central do Banco do Estado de Goiás, na Praça do Bandeirante.

Segundo informações da época, alguns jagunços tomaram as dores do diretor do Departamento de Força e Luz Estadual, Pedro Arantes, que se sentiu ofendido com uma matéria publicada em O Momento e que levava o seguinte título: "O homem voltou e deu a luz". Gurgel, em sua matéria, abordou ironicamente um episódio ocorrido com Pedro Arantes. O diretor tinha ido ao dentista para fazer um tratamento e, na ocasião, faltou energia elétrica. Arantes então telefonou para vários locais e a volta da energia foi providenciada rapidamente. O jornalista ficou sabendo do acontecimento e resolveu contar a história.

O assassinato de Haroldo Gurgel causou comoção e revolta popular. Estudantes, militantes de partidos de esquerda e populares realizaram um grande protesto (<https://www.goiania.go.leg.br/institucional/historia>).

Tivemos em Goiás momentos políticos bem tensos, a época da Ditadura Militar, onde a imprensa era censurada e as universidades vigiadas. Não se podia manifestar contrariamente ao governo vigente.

As origens do Regime Militar (1964-1985) devem ser buscadas nas características específicas da sociedade brasileira que vivia sob o regime populista (1945-1964) e nas transformações mais amplas pelas quais passa o capitalismo mundial naquele período. Para o entendimento do período, devemos conhecer em igual proporção as transformações operadas na sociedade brasileira em geral e aquelas realizadas no interior das organizações militares em particular. Finalmente, cabe levar em conta a resultante da interação entre o Regime Militar e as forças que lhe faziam oposição a fim de se entender tanto a prolongada vigência da ditadura quanto as transformações pela qual ela passou (Oliveira, 2012, p.118).

Observe os motivos que levaram a eclosão da Ditadura no Brasil:

Após o fim do governo Dutra, os militares ficaram de fora da Presidência da República, enquanto civis assumiam o comando do Brasil. Desde a derrocada do Estado Novo, as Forças Armadas trabalhavam nos bastidores para participar das decisões sobre os rumos políticos do país. A maioria dos presidentes, entre 1951 e 1964, não parecia agir de acordo com os planos de grupos mais radicais do Exército, que formavam um grupo chamado de Linha Dura. Quando João Goulart anunciou as reformas de base, os militares, descontentes, uniram-se a movimentos civis e empresariais, possibilitando o golpe. Com o apoio de parte da sociedade brasileira, o presidente foi deposto. O regime militar, que deveria ser provisório, prolongou-se por duas décadas. Nesse período, o governo perseguiu e torturou inimigos políticos, calou a imprensa e ganhou o apoio da classe média ao conter a inflação e promover o chamado Milagre Econômico (Stancki, 2016, p. 123).

Veja as nuances do emaranhado político, mas precisamente a do Estado de Goiás:

Para os antigos vereadores e funcionários da Câmara, as três primeiras legislaturas marcaram a história do Legislativo por seu caráter pioneiro e totalmente voltado aos interesses coletivos.

Mas todas as legislaturas tiveram sua devida importância em seu determinado tempo e espaço. A 4ª Legislatura (1959/1963) é que contou com os nomes mais expressivos da vida pública atual de Goiás. Entre eles estão Iris Rezende Machado, Nion Albernaz, José Luiz Bittencourt e Heli Mesquita.

Na 5ª Legislatura (1963/1966), com o golpe de 64, a Câmara começou a enfrentar suas primeiras dificuldades com o regime ditatorial. Na 6ª Legislatura, apenas dois partidos dominavam a Câmara: a Arena e MDB. Iris Rezende foi eleito prefeito pelo MDB, que também fez 12 vereadores, contra apenas cinco da Arena. Mas foi no início da década de 70, durante as 6ª e 7ª legislaturas, que a Câmara enfrentou seu período mais conturbado (<https://www.goiania.go.leg.br/institucional/historia>).

Segue:

A Arena é que tinha a maioria, com nove vereadores contra oito do MDB. De acordo com Manuel Messias Tavares, vereador naquele período pelo MDB, a Câmara viveu momentos de temor. Por causa da denúncia de um vereador – que ele prefere preservar o nome –, a Comissão Geral de Investigação (CGI) fez uma total varredura em todas as legislaturas e houve muitas apreensões. A intenção do referido vereador era que o governo investigasse apenas a presidência de então, mas o fato acabou chamando a atenção dos militares para a Câmara Municipal. O clima ficou tenso e a Casa vivia constantemente sob a sombra do medo de ter suas portas fechadas. Mas os vereadores têm orgulho de contar que o Legislativo não se curvou e exerceu importante papel como um órgão de defesa da democracia.

A presidência da Câmara, no entanto, esteve ameaçada em outra oportunidade. O presidente da Casa era Zeuxis Gomes de Moraes. Houve uma reforma administrativa na prefeitura e ninguém ousava fazer o mesmo na Câmara. Coube a Zeuxis a tarefa, o que quase o levou à cassação. Isso porque ele aproveitou algumas pessoas, como João Natal, do MDB. Foi denunciado ao Regime Militar, embora houvesse verdadeiramente a necessidade da reforma. Zeuxis contava muito com o apoio de todos os vereadores. Disse que se eles lhe dessem a cobertura necessária - o que realmente aconteceu -, faria uma reforma nos moldes da prefeitura. João Natal estava à disposição do Legislativo como delegado de polícia concursado, e foi aproveitado como procurador da Câmara.

E justamente já prevendo complicações foi que Zeuxis resolveu então aproveitar todos os funcionários do Estado à disposição da Câmara e criar um quadro especial para vereador funcionário. Foi denunciado e confessou tudo. Questionaram principalmente o caso de João Natal. Ao final, o entrevistador lhe disse: "O senhor é um homem de bem, mas se comprometeu muito. Vou lhe mostrar quem foi que pediu para fazer essa investigação" (<https://www.goiania.go.leg.br/institucional/historia>).

Veja com atenção o desfecho:

Qual não foi a surpresa de Zeuxis ao ver numa cópia de telex a assinatura do presidente da República, Ernesto Geisel. Era caso para cassação. A recomendação era ir a Brasília e procurar os amigos.

Zeuxis chamou João Natal e contou-lhe a história. Natal e outras duas procuradoras da Câmara lhe fizeram uma belíssima defesa. Ele foi a Brasília, procurou Petrônio Portela e contou tudo. Portela leu a defesa e perguntou-lhe se teria condições de se defender oralmente utilizando os mesmos argumentos. Zeuxis disse que sim, no que ouviu a explicação do grande articulador nacional: "É, porque lá o que vai valer são suas reações. Topa?"

Portela telefonou para Armando Falcão, pediu a entrevista e Zeuxis foi para o SNI. Deu de cara com João Batista Figueiredo, que foi duro no questionário. A uma certa altura o vereador teve o direito de falar e mandou brasa (<https://www.goiania.go.leg.br/institucional/historia>).

Continuando:

Entre outras coisas, disse que estava sendo perseguido pelo coronel Danilo Sá da Cunha Melo, secretário de Segurança (que queria pegar mesmo era o João Natal). Também perguntou por que é que o SNI tinha tanta anotação que o condenava e não tinha anotado tudo o que já fizera pela revolução.

Quando terminou, a resposta de Figueiredo foi pegar o telefone e ligar para Danilo. Repetiu tudo o que Zeuxis lhe dissera e repreendeu fortemente o secretário. Por um triz, o vereador estava salvo.

Por tudo isso, pode-se dizer que em todos os seus mandatos, a Câmara Municipal de Goiânia procurou sempre atender aos anseios da comunidade, cumprindo suas atribuições de fiscalizar, assessorar o poder Executivo e elaborar leis em defesa dos cidadãos.

Nestes 50 anos de atuação, a Câmara conseguiu se transformar num canal de comunicação intermediando o diálogo entre a população e os poderes constituídos. Uma prova disso são os resultados surgidos diretamente do eleitorado.

Da Casa saíram prefeitos, deputados estaduais e federais, governadores, secretários, senadores, ministro e ocupantes de outros importantes cargos políticos. Após cinco décadas de serviços prestados aos goianos, a Câmara se firma como um órgão que representa a voz do povo

(<https://www.goiania.go.leg.br/institucional/historia>).

Como vimos, o cenário político é muito conturbado, cheio de jogos de interesses, disputas e conflitos. Contudo, não podemos deixar que os interesses partidários se sobreponham às obrigações políticas de quem foi eleito. Apesar de que na matéria que lemos, estávamos vivendo em um período de crise democrática.

Os aspectos políticos do Estado de Goiás estão envoltos do que não é diferente em outros estados do Brasil. Temos uma política marcada por muitas disputas, conflitos, movimentos sociais, em um dinamismo que move a espécie humana em busca de melhores condições de vida.

Conforme enunciado, consideramos que a história é uma construção coletiva e individual, simultaneamente; as transformações que nela ocorrem se dão, em grande parte, lenta e gradualmente, principalmente no campo das ideias; por seu papel na sociedade, a educação e a escolarização nunca são neutras nem apolíticas, pois envolvem determinada intencionalidade. Essa é uma das razões pelas quais julgamos necessário compreender seus fundamentos: para que possamos pensar e agir criticamente, como agentes históricos conscientes de que fazemos parte desse processo e de que não devemos aceitar e compreender a realidade de forma naturalizada, como se sempre tivesse sido assim: toda realidade contemporânea foi construída historicamente, por meio de ações e de omissões, da mesma forma que o panorama futuro está também em construção, neste momento (Gonçalves, 2012, p. 40).

No cenário atual no Estado de Goiás contamos ainda com inúmeras famílias sem moradia, com uma renda que mal dá para pagar aluguel, ou em casas de tábuas e lona e restos de materiais de construção em terrenos inadequados para moradias, como beiras de rodovias, morros e córregos. E assim aglomeram-se famílias despossuídas, constituindo as chamadas favelas.

Conforme Müller:

Historicamente, a propriedade da terra sempre foi um ponto de tensão no Brasil. Segundo Silva (2004, p. 17), a estrutura fundiária do país sempre apresentou uma distribuição desigual, desde o Período Colonial, com as capitanias hereditárias. Ainda hoje, a distribuição das terras pelo sistema de sesmarias encontra-se na origem de algumas propriedades consideradas como latifúndios. Por intermédio desse sistema, a Coroa portuguesa podia doar as terras do Brasil colonial aos nobres e notáveis de suas relações. A autora afirma que com a Lei de Terras, de 1850, os posseiros tiveram a chance de regularizar sua terra e estas passaram a ser adquiridas pela compra. Isso, porém, trouxe uma séria consequência, promulgada no início da imigração de estrangeiros para o país: a Lei de 1850 elevou o preço da terra de tal forma que tornou o acesso a ela inibitório tanto para os imigrantes aqui chegados como para os nacionais empobrecidos, em especial os libertos e ex-escravos (Müller, 2013, p. 150).

Como uma realidade, também em outros estados do Brasil, em Goiás temos um problema histórico das desigualdades sociais. Convivemos com um infeliz contraste social, onde às vezes temos lado a lado a pobreza de uns e a riqueza de outros, o que falta para muitos mantêm o supérfluo de poucos.

É um chavão dizer que somos historicamente determinados e que a história é importante para a compreensão da nossa identidade. Contudo, são poucos os que se permitem, de fato, refletir a respeito disso. Essa reflexão torna-se ainda mais rara em razão de uma suposta cisão entre a história política e econômica de um lado e a história social de outro. Muitas vezes, tem-se a falsa impressão de que os fenômenos políticos e econômicos

constituem um universo excludente, absolutamente separado dos fenômenos socioculturais (Moreira, Meucci, 2012, p. 9).

Figura 08 – Contraste social



Fonte: robsonrochajornalista.blogspot.com

A tese geral do materialismo histórico compreende a estrutura social por meio das relações materiais das sociedades que formam a infraestrutura. São elas: relações de produção, forças produtivas e classes sociais. A conjunção desses três componentes constitui o modo de produção capitalista. Sobre essa infraestrutura de base material eleva-se a superestrutura jurídico-política, cuja função é a dominação ideológica para garantir a manutenção do modo de produção capitalista (Clemente, Juliano, 2017, p. 73).

Assim podemos nos embasar com as ideias de Karl Marx, que estudou e analisou a fundo a sociedade capitalista e os meios de produção, chegando a uma complexa conclusão da mais valia. Onde o esforço do capital humano paga muito além do que o proletário recebe, e do dono dos meios de produção, ou seja, o capitalista, detêm o lucro da mais valia, podendo acumular capital financeiro e se expandir. Criando um sistema de dominação, onde o trabalhador é alienado ao trabalho, porque o mesmo não lhe pertence, sendo então explorado pelo capitalista.

Esse é o ponto de partida fundamental para a teoria das elites: a constatação de uma lei histórica inescapável que divide os homens em governantes e governados. Atente para a expressão todas as sociedades. Essa generalização é fundamental, pois ela autoriza Mosca a afirmar que essa divisão, muito provavelmente, jamais deixará de existir. Os governantes são chamados por Mosca de classe política ou classe dirigente; os governados são as massas. A classe política conduz as sociedades humanas; as massas são conduzidas. Portanto, a classe política deve ser o objeto de estudo central da ciência política (Costa, Massimo, Perissinotto, 2018, p. 29-30).

Perceber os aspectos sociais e políticos do Estado de Goiás é entender que um está atrelado ao outro. Não se pode compreender as questões sociais se desconhecemos os interesses e objetivos políticos. Por isso é de suma importância a análise profunda do candidato, não das promessas, mas de sua vida regressa. Porque com base no passado podemos de certa forma prevê o que teremos no presente e futuro.

Refletindo com Medeiros:

Quando se fala em democracia na atualidade, logo se pensa em eleições e representantes, em um parlamento composto por políticos profissionais, em debates políticos que se tornam de conhecimento público apenas pelos meios de comunicação; em suma, pensa-se em uma democracia indireta ou representativa. Quando um ateniense, ao contrário, concebia a sua **demokratía**, era na participação direta, de corpo presente, em que pensava (Medeiros, 2016, p. 35).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente obra, tivemos como objetivo refletir sobre os fatos históricos ocorridos no estado de Goiás, tecendo um conceito ampliado da historiografia, tentando desnudar a história, e construindo uma historicidade com viés de todos os partícipes possíveis. Nosso propósito foi de pelo menos esboçar uma análise crítica dos fatos históricos, sem se apegar a um único tipo de enredo, que geralmente é a do dominador, do vitorioso, de quem sobressaiu. Mostramos também o outro lado da moeda, das vozes que na maioria das vezes não são ouvidas e menosprezadas.

A análise crítica da historiografia do estado de Goiás funda-se na perspectiva de uma reflexão acerca dos fatos relevantes a toda população goianiense, e não somente a alguns grupos elitizados. Assim procuramos mostrar que fazem parte da história todos nós, e que existem várias opiniões sobre um mesmo fato histórico. Será que têm a mesma opinião o índio nativo, em sua rotina natural e o desbravador bandeirante, ambicioso por ouro? O que sempre ocorreu é que o saber acadêmico vinha imbuído de um eurocentrismo, utilizando-se a óptica do colonizador. Como se nós brasileiros fôssemos europeus e não uma miscigenação como de fato somos. Somos nós, o outro lado da moeda, devemos enxergar a verdadeira história, a realidade de fato como é, e não a que nos conta, como um conto de fadas, com heróis e atos de bravura.

Concluimos dessa forma que se utilizando de variadas fontes, materiais e humanas, coletando ao máximo diferentes pontos de vista, podemos construir uma história mais verdadeira e menos romântica, que historicamente foi marcada pelo viés do colonizador.

Então de uma forma mais filosófica do que histórica, procuramos instigar fatos históricos, enfatizando as atitudes humanas, para podermos refletir sobre o conceito de certo, errado, direito, ética, moral, imoral. Todos esses termos que não foram citados explicitamente no texto, estavam implícitos em seu contexto. Assim o objetivo do artigo, mais que falar sobre a história de Goiás foi provocar uma reflexão sobre nossos pontos de vista, para refletirmos sobre a complexa trama da humanidade.

Finalizamos com o seguinte pensamento:

Pensar em história não é pensar no passado. Na verdade, pensar em história é pensar no futuro. Isso porque a disciplina História não serve para nada se os ensinamentos dela permanecerem no passado opaco, no vazio que nos separa das eras que nos precederam. Quando olhamos para trás, desejamos ardorosamente respostas para nosso hoje (Santos, 2016, p.19).

REFERÊNCIAS

Brasil escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/historia-goias.htm>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

Câmara Municipal de Goiânia. Disponível em: <<https://www.goiania.go.leg.br/institucional/historia>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

CLEMENTE, Augusto Junior; JULIANO, Maíra Cabral. **Do Estado moderno ao contemporâneo: reflexões teóricas sobre sua trajetória**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

CONTINENTE. Disponível em: <<https://www.revistacontinente.com.br/>>. Acesso em: 09 mai. 2020.

COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas; PERISSINOTTO, Renato Monseff. **As elites políticas: questões de teoria e método**. 2. ed. Curitiba: InterSaberes, 2018.

DG. Disponível em: < <https://diariodegoias.com.br/>>. Acesso em: 09 mai. 2020.

EXTRA CLASSE. Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/>>. Acesso em: 09 mai. 2020.

G1. Disponível em: <<https://www.globo.com/>>. Acesso em: 09 mai. 2020.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. **Constituição histórica da educação no Brasil**. Curitiba: InterSberes, 2012.

LEITE, Fernando. **Ciência política: da antiguidade ao dias de hoje**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

MEDEIROS, Pedro. **Uma introdução à teoria da democracia**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

MOREIRA, Claudia Regina Baukat Silveira; MEUCCI, Simone. **História do Brasil: sociedade e cultura**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

MÜLLER, Cíntia Beatriz. **Teoria dos movimentos sociais**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

OLIVEIRA, Dennison de. **História do Brasil: política e economia**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

PAI ETERNO. Disponível em: < <https://www.paieterno.com.br/>>. Acesso em: 09 mai. 2020.

SANTOS, Rodrigo Otávio dos. **Fundamentos da pesquisa histórica**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

STANCKI, Rodolfo. **Sociedade brasileira contemporânea**. Curitiba: InterSaberes, 2016.